



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO INSTITUCIONAL DO MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

PAUTA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2017

Dia: 11/10/2017

Hora: 9 horas

Local: Plenário do Conselho Superior do Ministério Público Federal (Edifício Sede da PGR - SAF Sul, Quadra 4, Conj C, Bl A, Cobertura, Sala 05 – Brasília-DF).

I - VOTO VISTA

1) Procedimento: 1.16.000.001706/2015-68

Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - DISTRITO FEDERAL

Partes: Interessado: HELIO FERREIRA HERINGER JUNIOR
Interessado: 5A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

Relator: Dr(a) SANDRA VERONICA CUREAU - Distribuído em:
15/02/2017 18:29:12

Pedido de vista: Dr(a) LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN – em
13/09/2017

Assunto: Recurso em face da decisão da 5ª CCR proferida na 916ª Sessão Ordinária, em 13.6.2016. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno à origem para diligências, mediante redistribuição aleatória. Levantamento patrimonial do ex-Diretor-Geral do Senado Federal (atual Deputado Distrital). Ação de improbidade nº 35396-33.2015.4.01.3400. Condenação ao ressarcimento ao erário em razão de supostos pagamentos indevidos, a título de jornada extraordinária em favor de servidores do Senado Federal, no mês de janeiro/2009. Indisponibilidade de bens. Art. 7º da Lei nº 8.429/92.

II - PROCESSOS REMANESCENTES DE PAUTAS ANTERIORES

- 2) **Procedimento:** 1.30.001.000736/2016-59
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - RIO DE JANEIRO
- Partes: Suscitante: MARTA CRISTINA PIRES ANCIAES - 37º Ofício Criminal da PR/RJ
Suscitado: PAULO ROBERTO GALVAO DE CARVALHO - 2º Ofício do Núcleo de Combate à Corrupção da PR/DF
- Relator: Dr(a) SANDRA VERONICA CUREAU - Distribuído em: 22/05/2017 13:46:00
- Assunto: Conflito de atribuições. 37º Ofício Criminal da PR/RJ (suscitante) e 2º Ofício do Núcleo de Combate à Corrupção da PR/DF (suscitado). Possível prática de ilícito penal de estelionato por ex-deputada federal. Suposto uso irregular, no período de 2011 a 2014, de verbas oriundas da Câmara dos Deputados e recebidas por então deputada federal, a título de reembolso de gastos com serviços prestados pela sociedade empresária MR. CEDA IMPRESSOS LTDA, com sede no Rio de Janeiro/RJ.
- 3) **Procedimento:** 1.00.000.013018/2017-72
- Origem: PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA
- Partes: Suscitante: 1A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Suscitado: 3A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Interessado: 2A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Relator: Dr(a) CLAUDIA SAMPAIO MARQUES - Distribuído em: 18/07/2017 16:53:38
- Assunto: Conflito de atribuições. 1ª CCR (suscitante) e 3ª CCR (suscitada). Instituto de Educação Superior de Fortaleza - IESF. Oferecimento de curso de nível superior sem o devido credenciamento pelo Ministério da Educação-MEC. Possível prática dos crimes de estelionato (CP, art. 171) e contra as relações de consumo (Lei nº 8.078/90, art. 67). Cópia dos IPLs nºs 00138/2015, 01601/2014.
- 4) **Procedimento:** 1.00.000.013051/2017-01
- Origem: PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA
- Partes: Suscitante: 1A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Suscitado: 3A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Interessado: 2A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Relator: Dr(a) MARIA HILDA MARSIAJ PINTO - Distribuído em: 18/07/2017 17:40:13
- Assunto: Conflito de atribuições. 1ª CCR (suscitante) e 3ª CCR (suscitada). Instituto Educacional de Goiás-IEG. Oferecimento de cursos de nível superior sem o devido credenciamento pelo Ministério da Educação. Possível prática dos crimes de estelionato (CP, art. 171) e contra as relações de consumo (Lei nº 8.078/90, art 67).

- 5) Procedimento: JF/RR-PROCINVMP-0000856-13.2017.4.01.4200**
Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - RORAIMA
Partes: Suscitante: RAMON AMARAL MACHADO GONÇALVES - 1º Ofício Combate à Corrupção, vinculado à 5ª CCR
Suscitado: MIGUEL DE ALMEIDA LIMA - 6º Ofício Criminal Exclusivo, vinculado à 2ª CCR
Relator: Dr(a) CLAUDIA SAMPAIO MARQUES - Distribuído em: 19/07/2017 17:02:34
Assunto: Conflito de atribuições. 1º Ofício Combate à Corrupção, vinculado à 5ª CCR (suscitante) e 6º Ofício Criminal Exclusivo, vinculado à 2ª CCR (suscitado), da PR/RR. Prefeitura Municipal de Alto Alegre/RR. Ex-Prefeito. Suposta prática do crime de apropriação indébita previdenciária, desde 2014. Sonegação de contribuições previdenciárias dos servidores municipais ou não repasse destas à Previdência Social.
- 6) Procedimento: 1.15.000.002301/2016-65**
Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - CEARA/MARACANAÚ
Partes: Suscitante: ANASTACIO NOBREGA TAHIM JUNIOR - 12º Ofício do NTC - 1ª CCR
Suscitado: FERNANDO ANTONIO NEGREIROS LIMA - 9º Ofício - 5ª CCR
Interessado: 1A. CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Representante: CONSTRUTORA CELI
Representado: HABITAFOR
Relator: Dr(a) MONICA NICIDA GARCIA - Distribuído em: 19/07/2017 18:54:09
Assunto: Conflito de atribuições. 12º Ofício do NTC - 1ª CCR (suscitante) e 9º Ofício - 5ª CCR (suscitado), da PR/CE. Administração Pública Municipal de Fortaleza/CE. Construção de unidades habitacionais com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC. Contrato de Repasse nº 223.652-94/2007. III Etapa do Projeto Vila do Mar, no Estado do Ceará. Supostas pendências nos pagamentos.
- 7) Procedimento: 1.29.000.003605/2015-73**
Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - RIO GRANDE DO SUL
Partes: Suscitante: FABIANO DE MORAES - PRDC
Suscitado: CAROLINA DA SILVEIRA MEDEIROS - Núcleo de Controle da Administração
Interessado: ROBERTO PINHEIRO MACHADO
Relator: Dr(a) MARIO JOSE GISI - Distribuído em: 28/08/2017 16:31:25
Assunto: Conflito de atribuições. PRDC (suscitante) e Núcleo de Controle da Administração (suscitado), da PR/RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRFA. Instituto de Letras no Setor Japonês. Chefia do Departamento de Línguas Modernas. Suposta Prática de assédio moral.

- 8) Procedimento: 1.25.000.001352/2013-81**
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - PARANA
- Partes: Suscitante: CRISTIANA KOLISKI TAGUCHI – 2º Ofício vinculado à 1ª CCR
Suscitado: ALEXANDRE MELZ NARDES – 12º Ofício Criminal e de Combate à Corrupção, vinculado à 2ª CCR
- Relator: Dr(a) SANDRA VERONICA CUREAU - Distribuído em: 29/08/2017 17:03:10
- Assunto: Conflito de atribuições. Promoção de arquivamento recebida como conflito pela 1ª CCR. Previdência Social. Benefício Previdenciário. Instituto Nacional do Seguro Social. Suposta fraude em recebimento de Auxílio-doença.
- 9) Procedimento: DPF/CZS/AC-00040/2015-INQ**
- Origem: PROCURADORIA DA REPÚBLICA - AMAZONAS
- Partes: Suscitante: LEONARDO DE FARIA GALIANO - 2º Ofício-Meio Ambiente Misto, vinculado à 4ª CCR
Suscitado: EDMILSON DA COSTA BARREIROS JUNIOR - Ofícios Criminais Residuais, vinculado à 2ª CCR
- Relator: Dr(a) RENATO BRILL DE GOES - Distribuído em: 28/09/2017 13:53:40
- Assunto: Conflito de atribuições. 2º Ofício-Meio Ambiente Misto, vinculado à 4ª CCR (suscitante) e Ofícios Criminais Residuais, vinculado à 2ª CCR (suscitado) da PR/AM. Suposto crime de invasão de terras da União (art. 20 da Lei nº 4.947/66). Fazenda Santa Edwirges, Fazenda Cristina, Fazenda Lebeu e Fazenda Alma, situadas nos Municípios de Ipixuna/MA e Guajará/AM. Possíveis irregularidades no Cartório de Registro de Imóveis de Eirunepé/AM.
- 10) Procedimento: DPF/CAX-00211/2014-IPL**
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - MARANHAO
- Partes: Suscitante: CAROLINA DA HORA MESQUITA HOHN - 9º Ofício da PR/MA
Suscitado: ANDRE LUIS CASTRO CASELLI - 2º Ofício da PRM/Caxias/MA
Interessado: THAYNA FREIRE DE OLIVEIRA
- Relator: Dr(a) VALQUIRIA OLIVEIRA QUIXADA NUNES - Distribuído em: 22/05/2017 13:07:46
- Assunto: Recurso em face da decisão da 2ª CCR proferida na 667ª Sessão Ordinária, em 21.11.2016, que recebeu conflito de atribuições como declínio ao Ministério Público do Estado do Maranhão e o homologou. Conflito de atribuições. 9º Ofício da PR/MA (suscitante) e 2º Ofício da PRM/Caxias/MA. Suposta negociação ilegal de imóvel adquirido por meio do “Programa Minha Casa Minha Vida”, financiado pela Caixa Econômica Federal, situado no Conjunto Novo Tempo, na cidade de Timon/MA.

- 11) Procedimento: 1.34.041.000005/2017-79**
- Origem: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ANDRADINA-SP
- Partes: Suscitante: THALES FERNANDO LIMA - PRM/Andradina/SP
Suscitado: REGISLAINE TOPASSI - MPE/Andradina/SP
- Relator: Dr(a) DENISE VINCI TULIO - Distribuído em: 28/08/2017 14:03:14
- Assunto: Recurso em face da decisão da 5ª CCR proferida 950ª Sessão Ordinária, em 20.4.2017, que conheceu do conflito e não homologou o declínio ao MPE, reconhecendo a atribuição do suscitante. PRM/Andradina/SP (suscitante) e MPE/Andradina/SP (suscitado). Município de Andradina/SP. Programa de Aceleração de Crescimento. Eventual emprego irregular, por gestores público, de recursos do PAC.
- 12) Procedimento: 1.21.001.000807/2015-41**
- Origem: PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA
- Partes: Interessado: PEDRO GABRIEL SIQUEIRA GONCALVES
Interessado: 1A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Relator: Dr(a) MARIA HILDA MARSIAJ PINTO - Distribuído em: 22/05/2017 16:22:39
- Assunto: Recurso em face da decisão da 1ª CCR proferida na 269ª Sessão Ordinária, em 4.4.2016. Não homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério da Saúde. Município de Nova Andradina/MS. Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB). Maior transparência e efetividade das ações governamentais direcionadas à Atenção Básica à Saúde. Supostas irregularidades na aplicação dos recursos.
- 13) Procedimento: DPF/ILS/BA-0047/2015-INQ**
- Origem: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS/ITABUNA
- Partes: Interessado: MARCELA OLIVEIRA REGIS
Interessado: 2A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Relator: Dr(a) ANTONIO CARLOS ALPINO BIGONHA - Distribuído em: 17/08/2017 17:29:56
- Assunto: Recurso em face da decisão da 2ª CCR proferida na 677ª Sessão Ordinária, em 15.5.2017. Não homologação do declínio de atribuição ao Ministério Público do Estado da Bahia. Crime previsto no art. 33, c/c art; 40, I, ambos da Lei nº 11.343/06. Importação de 25 (vinte e cinco) sementes de maconha (Cannabis Sativa Linneu), oriundas da Holanda. Designação de outro membro do MPF para prosseguir na persecução penal.

- 14) Procedimento: JF-JAL-0000406-35.2015.4.03.6124-INQ**
Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA NO MUNICIPIO DE JALES-SP
Partes: Interessado: CARLOS ALBERTO DOS RIOS JUNIOR
Interessado: 2A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Relator: Dr(a) MARIA HILDA MARSIAJ PINTO - Distribuído em: 19/07/2017 16:34:23
Assunto: Recurso em face da decisão da 2ª CCR proferida na 675ª Sessão Ordinária, em 3.4.2017. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno à origem para designação de outro membro para prosseguir na persecução penal. Suposto crime de exploração clandestina de serviços de telecomunicações. Adequação ao tip penal do art. 183, da Lei nº 9.472/97.
- 15) Procedimento: 1.00.000.014648/2016-83**
Origem: PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA
Partes: Interessado: CONSELHO INSTITUCIONAL DO MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
Relator: Dr(a) RENATO BRILL DE GOES - Distribuído em: 28/09/2017 13:35:30
Assunto: Proposta de Enunciado. Recurso contra a decisão de não homologação de declínio de atribuições. Retorno à origem com a indicação de quem deverá atuar no feito. Decisão no âmbito do processo nº 1.14.003.000253/2013-35, na 6ª Sessão Ordinária, em 10.8.2016.

III - CONFLITOS DE ATRIBUIÇÃO

- 16) Procedimento: 1.00.000.012099/2016-11**
Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA NO MUNICIPIO DE ANGRA DOS REIS-RJ
Partes: Suscitante: SERGIO GARDENGHI SUIAMA - 22º Ofício - Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (4ª CCR), da PR/RJ
Suscitado: IGOR MIRANDA DA SILVA - PRM/Angra dos Reis/RJ
Interessado: 6A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Interessado: 4A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Relator: Dr(a) MONICA NICIDA GARCIA - Distribuído em: 31/07/2017 15:52:26
Assunto: Conflito de atribuições. 22º Ofício - Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (4ª CCR), da PR/RJ (suscitante) e PRM/Angra dos Reis/RJ (suscitada). Impactos causados por empreendimentos na Baía de Sepetiba. Danos às comunidades tradicionais de pescadores artesanais e quilombolas (6ª CCR), e ao meio ambiente (4ª CCR).

- 17) Procedimento: 1.31.000.001377/2012-04**
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA NO MUNICIPIO DE VILHENA-RO
- Partes: Suscitante: 1A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Suscitado: 3A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Interessado: DANIEL AZEVEDO LOBO
Representante: JOÃO DUARTE DA SILVA
Representado: INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA LEGAL-IESA
- Relator: Dr(a) MARIA HILDA MARSIAJ PINTO - Distribuído em: 29/08/2017 15:58:40
- Assunto: Conflito de atribuições. 1ª CCR (suscitante) e 3ª CCR (suscitada). Instituto de Ensino Superior da Amazônia Legal-IESA, sediado em Vilhena/RO. Suposto oferecimento de cursos de graduação e pós-graduação sem autorização do Ministério da Educação-MEC. Irregularidades no funcionamento, qualidade do ensino, deficiência de pessoal e infraestrutura da instituição.
- 18) Procedimento: 1.11.000.000152/2014-87**
- Origem: PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES
- Partes: Suscitante: GINO SERVIO MALTA LOBO - 6º Ofício Criminal, vinculado à 2ª CCR
Suscitado: MARCELO JATOBA LOBO - 3º Ofício de Combate à corrupção vinculado à 5ª CCR
Interessado: 2A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Relator: Dr(a) CLAUDIA SAMPAIO MARQUES - Distribuído em: 15/09/2017 14:52:49
- Assunto: Conflito de atribuições. 6º Ofício Criminal, vinculado à 2ª CCR (suscitante) e 3º Ofício de Combate à corrupção vinculado à 5ª CCR (suscitado), da PR/AL. Município de Rio Largo/AL. Compensação tributária (INSS/FGTS). Suposto crime contra a ordem tributária praticado pelo então gestor do Município e pela empresa URBIS - Instituto de Gestão Pública, durante os anos de 2009 a 2011. Sonegação fiscal, consistente na compensação indevida, decorrente de informações falsas. Procedimento Administrativo fiscal nº 10410-722547/2012-33, da Receita Federal.
- 19) Procedimento: 1.29.000.002979/2016-52**
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - RIO GRANDE DO SUL
- Partes: Suscitante: ESTEVAN GAVIOLI DA SILVA - 20º Ofício do Núcleo do Consumidor e da Ordem Econômica
Suscitado: MARCELO VEIGA BECKHAUSEN - Procuradoria Regional Eleitoral
- Relator: Dr(a) MARIA SOARES CAMELO CORDIOLI - Distribuído em: 18/09/2017 17:39:29

Assunto: Conflito de atribuições. 20º Ofício do Núcleo do Consumidor e da Ordem Econômica (suscitante) e Procuradoria Regional Eleitoral, da PR/RS. Ministério das Comunicações. ANATEL. Concessão de serviço de radiofusão sonora, com reflexos na propaganda eleitoral nas Eleições Municipais/2016. Emissoras de rádio com outorga para determinado município veiculariam a propaganda eleitoral de candidatos de município diverso.

IV - RECURSO DE DECLÍNIO

20) Procedimento: 1.27.000.001252/2016-22

Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - PIAUI

Partes: Interessado: CARLOS WAGNER BARBOSA GUIMARAES
Interessado: 1A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

Relator: Dr(a) MARIA HILDA MARSIAJ PINTO - Distribuído em: 29/08/2017 17:59:55

Assunto: Recurso em face da decisão da 1ª CCR proferida na 278ª Sessão Ordinária, em 17.11.2016. Não homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público do Estado do Piauí, com o retorno à origem para prosseguir a apuração dos fatos, observado o princípio da independência funcional (CF - art. 127, § 1º). Irregularidades apontadas pelo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 14ª Região - CREFITO-14 nas unidades de saúde do Estado do Piauí: quantidade de fisioterapeutas suficiente para cumprimento da RDC n. 7-ANVISA, considerando a demanda de pacientes atendidos e o descumprimento da carga horária mínima dos fisioterapeutas nas unidades de terapia intensiva (40h/semana, quando a Lei estabelece 30h/semana). Remuneração dos profissionais muito baixa. Certa animosidade entre o Conselho de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e o Conselho Estadual de Saúde.

21) Procedimento: 1.28.400.000083/2015-82

Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA NO MUNICIPIO DE ASSU-RN

Partes: Interessado: VICTOR ALBUQUERQUE DE QUEIROGA
Interessado: 1A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Representante: FRANCISCA ANDREIA MOREIA DE SOUZA E OUTROS
Representado: MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU/RN

Relator: Dr(a) RENATO BRILL DE GOES - Distribuído em: 28/09/2017 13:09:03

Assunto: Recurso em face da decisão da 1ª CCR proferida na 281ª Sessão Ordinária, em 9.2.2017. Não homologação do declínio de atribuição ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Município de Ipanguaçu/RN. Atraso no pagamento de salários dos agentes comunitários de saúde, mesmo havendo o repasse dos recursos pelo Ministério da Saúde para esse fim.

- 22) Procedimento: 1.14.013.000098/2013-38**
- Origem: PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA
- Partes: Interessado: MARCELA OLIVEIRA REGIS
Interessado: 1A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Relator: Dr(a) JOSE ADONIS CALLOU DE ARAUJO SA - Distribuído em:
15/12/2016 16:16:09
- Assunto: Recurso em face da decisão da 1ª CCR proferida na 38ª Sessão Ordinária, em 28.4.2015. Não homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público do Estado da Bahia. Município de Teixeira de Freitas/BA. Inobservância do art. 212 da CF. Não aplicação do percentual mínimo de 25% das receitas de impostos e transparências na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE. Exercícios de 2011 e 2012. FUNDEB. Recursos federais.

V - RECURSOS DE ARQUIVAMENTO

- 23) Procedimento: 1.10.001.000116/2015-21**
- Origem: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL-AC
- Partes: Interessado: THIAGO PINHEIRO CORREA
Interessado: 5A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Representado: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA SOUZA (VEREADOR)
- Relator: Dr(a) JOSE ADONIS CALLOU DE ARAUJO SA - Distribuído em:
17/03/2017 16:29:36
- Assunto: Recurso em face da decisão da 5ª CCR proferida na 910ª Sessão Ordinária, em 12.5.2016. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno à origem para análise do suposto crime tipificado nos incisos I, II do DL 201/67. Município de Tarauacá/AC. Vereador proprietário de Farmácia e Chefe de Almoxarifado. Dispensa de licitação indevida e aplicação indevida de verbas ou rendas públicas na compra de remédios superfaturados, durante o ano de 2002.

24) Procedimento: 1.18.000.000841/2012-79

Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - GOIAS/APARECIDA DE GOIÂNIA

Partes: Interessado: MARIANE GUIMARAES DE MELLO OLIVEIRA
Interessado: 1A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Representante: DALILA AMARAL
Representado: ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - ESAF

Relator: Dr(a) CLAUDIA SAMPAIO MARQUES - Distribuído em: 24/08/2017 15:27:34

Assunto: Recurso em face da decisão da 1ª CCR proferida na 274ª Sessão Ordinária, em 13.9.2016. Não homologação da promoção de arquivamento, observado o Princípio da Independência Funcional (CF - art. 127, § 1º), com o retorno à origem para propositura da ação judicial pertinente. Controladoria-Geral da União. Concurso público. Edital nº 07/2012. Aplicação de provas apenas nos locais em que as vagas foram disponibilizadas.

25) Procedimento: 1.34.015.000330/2016-78

Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA NO MUNICIPIO S.J.DO R.PRETO/CATAND

Partes: Interessado: RODRIGO LUIZ BERNARDO SANTOS
Interessado: 1A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Representante: ANTÔNIO PRENHOLATO

Relator: Dr(a) ANTONIO CARLOS ALPINO BIGONHA - Distribuído em: 22/09/2017 15:31:24

Assunto: Recurso em face da decisão da 1ª CCR proferida na 284ª Sessão Ordinária, em 9.3.2017. Não provimento ao recurso e homologação do indeferimento de instauração de Inquérito Civil. Sistema Nacional de Trânsito. Resoluções nº 157/2014 e 556/2015-CONTRAN. Falha no uso obrigatório do extintor de pó "ABC", supostamente ineficaz contra incêndios em espuma de poliuretano usada na confecção dos estofamentos dos bancos dos veículos, ocasionando risco de morte. Pedido de indenização.

Brasília, 5 de outubro de 2017.



**ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO
PRESIDENTE DO CIMPF**